



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2008

Altera o *caput* do art. 38 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 38 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

.....(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Pretendemos, com a presente Proposta de Emenda ao texto constitucional, restabelecer a redação anterior à Emenda Constitucional nº 19, de 1998, do *caput* do art. 38 da Constituição, a nosso ver mais justa e afinada com o princípio da isonomia, direito fundamental que constitui o mais importante princípio do Estado Democrático de Direito.

A redação atual do dispositivo beneficia algumas categorias de servidores públicos em detrimento de outras. Não vemos razão para excluir do amparo ali previsto servidores da administração indireta que não pertençam aos quadros das autarquias e das fundações públicas. Os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia

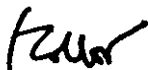
mista se encontram na mesma situação jurídica dos demais, ou seja, fazem parte dos quadros da administração indireta. A situação de todos se equipara no que concerne aos direitos e obrigações, e todos são caracterizados como ‘servidores públicos’. Caso queiram, porém, exercer cargo eletivo, terão de se desvincular das instituições, perdendo, portanto, o vínculo empregatício. A consequência acaba sendo literalmente o desemprego ao fim do exercício do mandato eletivo, com sérios prejuízos para o servidor e sua família.

O princípio da igualdade, cláusula pétrea que constitui o maior arcabouço da democracia, exige que todos os outros preceitos constitucionais sejam adequados a seus termos, não gerando dúvidas que possam macular o regime jurídico por nós adotado, assim como por todas as nações civilizadas. Se algum dispositivo da Lei Maior se mostra, no mínimo, tendente a desatender tal princípio, ele deve ser corrigido por meio do instrumento adequado – o processo de emenda constitucional.

Nosso intuito, portanto, é o de restabelecer a redação inicial do dispositivo com a presente proposta que, se aprovada, certamente trará sensível aprimoramento aos mandamentos relativos ao serviço público, e, em última instância, aos princípios maiores insculpidos no Estatuto Fundamental.


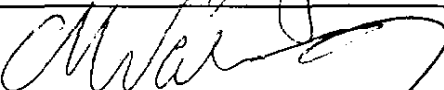
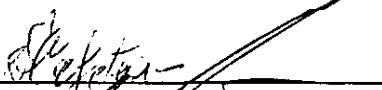
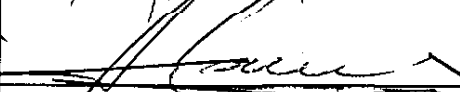
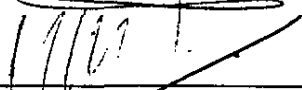
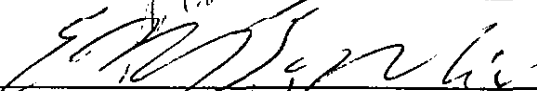


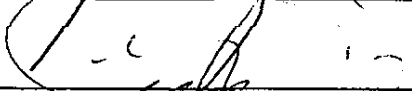




Esperamos, portanto, a acolhida da presente iniciativa pelos nossos ilustres Pares.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2008.



Senador FERNANDO COLLOR

SEQ.	NOME	PARTIDO	UF	ASSINATURA
01	Felipe	PTB	AL	Fernando Colares (PTB-AL)
02	FLEXA REIS	PSDB	PA	
03	PAULO PAIM	PT	RS	
04	MOZARILDO	PTB	RR	
05	VIRGINIO de CARVALHO	PSC	SE	
06	GIM ARCELLO	PTB	DF	
07	Augusto Bolognini	PP	RR	
08	Augusto Bolognini	PSDB	PA	
09	WILLIAM SALGADO	PMDB	MG	
10	YLLMORIS RANG	PMDB	PI	
11	JOÃO PEDRO	PT	AM	
12	PEDRO SIMON	PMDB	RS	
13	CRISTOVANI FARIAS	PP	DF	
14	MARCO MACIEL	DEM	PE	
15	HERACLITO	DEM	PI	
16	JOÃO TAVES	PTB	SP	

SEQ.	NOME	PARTIDO	UF	ASSINATURA
17	EDUARDO AZEVEDO	PSDB	MG	
18	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	PSB	SE	
19	E. C. FERREIRA	PTB	MA	
20	ADELMI SANTANA	DEM	DF	
21	CEZAR VILHENA	PR	RC	
22	EDMUNDO PEREIRA	PT	SP	
23	GERALDO MESQUITA	PR	AC	
24	JOSÉ AGRIPINO	DEM	RN	
25	CLAYTON	PMDB	ES	
26	ANDRÉ CARLOS JÚNIOR	DEM	BA	
27	VALDIR PEREIRA	PMDB	RO	
28	JAMIL CAMARGO	DEM	MT	
29	RODOLFO CARLINI	DEM	RN	
30				

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

.....

-

Subseção II

Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

REDAÇÃO ANTERIOR À EC Nº 19, DE 1998

Art. 38. Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 29/5/2008.